

APRESENTAÇÃO

PRESENTACIÓN

FOREWORD

*Edson FARIAS**
*Moacir CARVALHO***

Não só a segunda metade do século XX, como os últimos anos têm sido palco de intensa efervescência religiosa no Brasil bem como em diversas partes do mundo. Nesse contexto, as variadas versões das teorias da secularização de matriz weberiana que propunham ao modo de Peter Berger uma separação crescentemente irreversível entre religião e espaço público e, ainda mais particularmente, entre religião e política sofreram um abalo em relação ao qual se vem discutindo de formas renovadas nos últimos anos. Principalmente, a partir do amplo e diversificado debate, sob influência das teorias da globalização, pós-modernidade e pós e decolonialismo que, questionando os limites das categorias rigidamente orientadas pela suposição de estados socioculturais fixos, ou mesmo pelas narrativas totalizantes sobre a realidade, a classe ou a nação, propõem imagens mais relacionais e multideterminadas de mundo. Também, as recentes pautas políticas do feminismo, movimentos étnico-identitários, diversidade sexual e reconhecimento das minorias em geral, modificaram a sensibilidade sobre o fazer pesquisatório no campo das humanidades e, logo, têm reverberado nos estudos sobre religião.

* Universidade de Brasília – (UnB), Brasília – DF – Brasil. professor adjunto do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Doutor em Ciências Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9406-3269>. E-mail: nilosed@gmail.com.

** Universidade do Recôncavo da Bahia – (UFRB), Cachoeira – BA Brasil. Realiza pesquisa de estágio pós doutoral no Programa de Pós Graduação da UFRB. Doutor em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9358-1574>. E-mail: moacir.carvalho@gmail.com.

No mesmo compasso, desenvolveu-se um debate sobre mercados religiosos no seio do qual não só a religião passa a ser considerada como um tipo de serviço dependente de uma relação dinâmica entre ofertadores e consumidores, igualmente, a própria condição do praticante se tornou suscetível de uma análise relacional em que as trajetórias espirituais são apreendidas como marcadas por diversas mudanças e nomadismos ao longo de uma biografia. Ou seja, tem sido desvalorizada uma imagem de religião pouco mediada e definida por controles autoritativos rígidos, em proveito de uma reflexividade e autonomia crescentes diante de sentidos abstratos do sagrado.

Na verdade, a suposição sobre a qual assenta não só a Sociologia, como também a própria ideia de modernidade, foi em grande medida a da separação crescente entre essas instâncias – religioso e temporal, esse último entendido em sentido liberal como político e econômico enquanto lugares de confronto de interesses – mediante a expulsão da religião e, portanto, do “irracional”, duplamente, do espaço decisório, da economia e da interpretação última da realidade humana. Para a Sociologia, sobretudo, tratou-se então de compreender tal religião como, no melhor dos casos, etapa transitória e, no pior, empecilho à modernização.

Sociólogos/as da religião, no Brasil, muito se interessaram, até a década de 1980 pelo Catolicismo, por exemplo, pelo seu potencial institucional enquanto religião majoritária e politicamente engajada, em levar adiante mudanças de caráter progressista na sociedade brasileira que ora se modernizava. Ao mesmo tempo em que o Catolicismo estava sendo focalizado centralmente no dilema entre religião, sociedade e Estado-Nação. Caminho distinto seguiria a Antropologia. Esta disciplina, se por um lado pode reconhecer na religião um fator simbolicamente dignificante nas sociedades não europeias, ao mesmo tempo, no caso brasileiro, buscou entendê-la como uma componente importante à composição das lealdades e à integração culturalizante dos subalternos no concerto nacional originariamente antilusitano. Por outro lado, teve dificuldades em integrar os microcosmos revelados pelas etnografias às dinâmicas e interdependências de maior monta.

Ao contrário desses encaminhamentos, nas últimas duas décadas parece haver um esforço crescente em vários campos das ciências sociais no sentido de responder dilemas históricos, a exemplo do impressionante crescimento neopentecostal, o qual se inscreve no exame de aspectos próprios à dinâmica sócio-histórica caracterizado por tópicos à maneira de mercado, trânsito e pluralismo religioso: questões de gênero, biopolítica, economia religiosa, participação política de grupos e desinstitucionalização religiosa. Multiplicidade de questões estas reveladoras de imagens muito menos reificadas, tanto das organizações religiosas, quanto dos praticantes e suas práticas inseridas em contextos concorrenciais complexos. Ideias como as de adesão, comunitarismo, ascetismo ou desinteresse, bem como a própria noção de religião vêm sendo desconstruídas, recebendo tentativas de renovação das

abordagens sobretudo a partir de trabalhos de ampla repercussão internacional como os Daniele Hervieu-Leger, Robert Sharf, Casanova, Pierre Bourdieu, Talal Asad; no Brasil, reflexões como as de Paula Montero, Joanildo Burity e Emerson Giumbelli, entre outros, são inspiradoras de outras temáticas, mas no andamento mesmo em que propõem novas abordagens socioantropológicas.

Significa dizer que as proposições normativas que supunham uma separação irreversível ou um desenvolvimento natural de afastamento entre religião e secular precisam ser interrogadas; não podem ser universalizadas e só puderam extrair seu significado a partir de experiências históricas particulares em que a própria noção de religioso e secular se constituíram como fronteiras mutuamente referentes entre si. Com isso, se quer também dizer que a pergunta sobre o que significa o ser religioso? – bem como a própria noção de secularidade – poderia hoje nos auxiliar na reflexão não apenas sobre o como as expressões religiosas realmente existentes contribuiriam para a constituição das instâncias não estritamente submetidas ao controle e representação religiosa, mas também, como as próprias discursividades, representações e sensibilidades tidas como religiosas vão sendo atravessadas por instâncias não controladas em absoluto pelo praticante, havendo aí dinâmicas que precisam ser melhor apreendidas em sua unidade enquanto dinâmicas simultaneamente expressivas, simbólicas, estruturais e economicamente condicionadas. Isto é, como a partir da atenção ao que não é tido como intrinsecamente religioso, pode-se melhor apreender as mutações nas próprias fronteiras entre sagrado e profano, público e privado em constante reformulação, alterando-se mesmo o sentido do público, privado, sagrado e profano.

Diante do cenário acima esboçado, neste dossiê “Religião, espaço público e política: novos desafios históricos e teóricos metodológicos”, a proposta é problematizar as fronteiras e com isto voltar ao dueto diferenciação e desdiferenciação no que toca às instâncias não religiosas do fazer religioso, mas de acordo com a finalidade de explorar possíveis relações entre aspectos religiosos e não-religiosos da vida. Ou seja, o que haveria de não especificamente religioso no trabalho e vida religiosa? O que de não propriamente religioso seria fundamental à tais instâncias, sobretudo em condições contemporâneas? A expectativa estar, ao longo dos 10 artigos, em examinar a economia religiosa e a circulação de símbolos mágico-religiosos em contextos partilhados nos quais o sentido do religioso está em disputa, política dentro da “igreja”, relação entre religião e Estado, mídias e tecnologias, ciência, entre outros. O critério de seleção/inclusão dos textos, para o dossiê pautou-se pelas análises voltadas às dinâmicas nunca acabadas entre as definições do religioso e seus “limites”; revolvendo, sobretudo, entendimento do profano, secular, público e privado na medida em que são problematizados como instâncias não definitivamente demarcadas. Assim, tomando tais limites enquanto instâncias constantemente em negociação e conflito, ao mesmo tempo que se tem

a meta de traçar um panorama dos rumos ora tomados pelas pesquisas, estudos e reflexões, quer-se levar a objeto do pensado os usos e potencialidades atuais das concepções sobre religião e o religioso nas pesquisas nas Ciências Sociais e áreas afins das humanidades.

O artigo “O Tombamento da “Goméia”: atravessamentos entre religião e cultura na “divinização” da memória de um tata”, assinado por Edson Farias e Moacir Carvalho, cumpre a função de sintetizar a proposta do dossiê. O texto aborda relações contemporâneas entre religião e cultura, mas focalizando o episódio de tombamento como patrimônio cultural fluminense do terreno onde se situou o Terreiro da Goméia, no município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. São considerados, então, posicionamentos inseridos em circuitos e instâncias de produção simbólica que contracenam na montagem do atual enquadramento de memória relativo à biografia do lendário *Tata* Joãozinho da Goméia. Em pauta estão os agenciamentos e condicionantes sócio-históricos que resultam no equacionamento atual da figura de Joãozinho da Goméia como signo de uma agenda afirmativa da diversidade cultural, porque parece condizer com a divinização da própria diversidade como valor irredutível na qualificação da humanidade e seus atos.

A partir de então, o dossiê se divide em duas partes. Durante a primeira, prevalecem as abordagens que priorizam a reflexão teórico-metodológica dos seus respectivos temas.

“Laços sem nós – mercado, racionalidade e adesão religiosa a partir da teoria de Mark Granovetter”, de Paulo Gracino, volta às controvérsias em torno de um dos pilares da sociologia da religião: o paradigma da secularização. O artigo parte da observação de que, a persistência de movimentos sociais religiosamente orientados na América Latina, a expansão global do pentecostalismo, a Maioria Moral nos EUA e o crescimento da comunidade islâmica na Europa, pareciam apontar para obsolescência de programas de pesquisa que tomavam como base alguma das versões da teoria da secularização. Nota o autor que algo assim promoveu, entre pesquisadores estadunidenses, desde o início da década de 1980, um salto para fora não só do paradigma da secularização, mas da teoria sociológica. A finalidade estava em superar o que chamaram de “velho paradigma”, substituindo-o por um “novo paradigma” calcado nas teorias econômica e da escolha racional. A luz deste cenário intelectual, o artigo propõe reflexões sobre os limites das concepções da teoria da escolha racional da religião, recuperando proposições fundamentais de autores da sociologia econômica. Sem negar a tradição sociológica, a linha de argumentação desenvolvida no texto tem o objetivo de sustentar que há contribuições da sociologia econômica capazes de somar no equacionamento de questões que giram em torno da escolha e do mercado religioso.

“O Islã e a laicidade: apontamentos sobre uma abordagem pós-secular nos estudos sobre o terrorismo religioso”, texto de Luiz Pereira, tem como objetivo

abordar o terrorismo islâmico, no contexto da *laïcité* francesa, a partir de uma perspectiva pós-secular. De acordo com a proposta de uma abordagem pós-secular e interdisciplinar das Relações Internacionais no estudo do terrorismo religioso, o autor retoma o problema do terrorismo religioso, mas do ângulo da relação entre política e religião. Argumenta-se que a separação entre política e religião no modelo francês, cujas raízes têm como base a tradição liberal moderna europeia, diferentemente da tradição islâmica, pode ser considerada como um fator que contribui para a perpetuação do terrorismo religioso (islâmico) naquele país.

Roberto Dutra, em “Religião, moralização e política: um diagnóstico sistêmico”, investe na reflexão teórica na medida em que discute a validade do diagnóstico de Niklas Luhmann sobre a moralização da política. A tese é que o crescimento de fenômenos de moralização da concorrência pelo poder se alimenta de oportunidades criadas pela crise programática dos partidos políticos. Combinando argumentos sobre diferenciação entre política, religião e moral, sobre a condição secular do mundo social e o protagonismo moderno da religião no espaço público e na política, busca-se demonstrar que a moralização religiosa da política não decorre de processos de dessecularização, mas sim de problemas de desempenho funcional da política democrática, associados à crise dos partidos em ofertar programas e produzir políticas públicas capazes de realizar expectativas de inclusão do Estado de bem-estar social.

A segunda parte do dossiê é composta artigos cujos objetos de conhecimento, de um lado, revelam diferentes fenômenos contemporâneos das pressões sobre delimitações estabelecidas e recomposições de fronteiras entre o espiritual e o mundano; de outro, remontam a episódios históricos que tanto embasam delineamentos já consolidados quanto se tornam alvo de contestações em meio às disputas que ora colocam em xeque divisões consagradas discernindo planos a princípio definidos como religiosos e não-religiosos.

Escrito por Taylor de Aguiar, “Mais reino, menos religiosidade – um novo paradigma para as juventudes evangélicas no espaço público” discute a presença, entre juventudes evangélicas de Porto Alegre-RS, de um ideário eclesiológico conhecido como “cultura do Reino”, que se contrapõe ao que jovens participantes de diferentes denominações consideram um modelo negativo de “religiosidade”. No artigo, enfatiza-se como a noção de “Reino” constitui o ponto de partida de uma mudança de paradigma nas relações evangélicas juvenis “com a “cultura” e o secular. Para isto, demonstra-se que o “Reino” impõe novos desafios teóricos às investigações sobre a presença evangélica no espaço público, demandando uma análise que leve em consideração as múltiplas escalas do que se entende nativamente por “Reino”, e que ambicione, simultaneamente, compreender o acionamento da categoria “religiosidade” a partir de um empreendimento descritivo das articulações do conceito. As reflexões se estendem ao caráter geracional do movimento da

“cultura do Reino”, com a finalidade entendê-lo como uma manifestação associada a jovens evangélicos que vivem o “espírito do tempo” presente.

A relação entre religião e um conjunto de valores e atitudes, batizado por Lawrence Harrison de “mentalidade progressista”, considerado favorável ao desenvolvimento econômico, é o objeto de “A filiação religiosa e desenvolvimento econômico no Brasil: fatores associados à constituição de uma mentalidade progressista entre católicos e evangélicos pentecostais”. Gustavo Di Santo e Alexandre Ribeiro Leichsenring usam dados de pesquisa conduzida na cidade do Rio de Janeiro-RJ, para examinar a relação entre afiliação religiosa e essa mentalidade. Mediante o emprego de técnicas de análise de dados multivariados, na pesquisa, buscou-se identificar associação entre atitudes e afiliação religiosa. Dos resultados obtidos, conforme o texto, chama atenção do fato de que indivíduos religiosos sem instituição e aqueles com religiosidade baixa ou latente sem filiação mostram-se mais orientados por comportamentos que dão centralidade ao indivíduo visto em sua singularidade, enquanto membros de grupos religiosos demonstraram atitudes mais socialmente orientadas. Resulta a sugestão de que há convergência no padrão de comportamento de Católicos carismáticos e Evangélicos pentecostais (*Renewalists*), embora os carismáticos demonstrem maior afinidade com um sistema socioeconômico de tipo capitalista-democrático, combinando virtudes sociais e individuais específicas de uma mentalidade progressiva.

Ao constatar que o espaço social contemporâneo, nas grandes cidades ocidentais, recebe muçulmanos que estão em situação de refúgio e migração, Felipe Freitas de Souza se debruça sobre a islamofobia enquanto discurso e prática sobre essas populações, integrando às transformações globais acarretadas por diferentes dinâmicas. O objetivo de “Medo dos muçulmanos: o inóspito espaço para migrantes” é discutir as representações sobre os muçulmanos em situação de refúgio, tomando-se como representativos quatro eventos recentes na década de 2010. Episódios que envolvem a direita e a extrema direita: o atentado de Anders Breivik na Noruega; a manifestação do grupo Direita São Paulo na capital do estado; a manifestação do grupo Geração de Mártires no Rio de Janeiro-RJ; e o atentado terrorista contra uma mesquita na cidade de Christchurch, na Nova Zelândia. Rastreando postagens na internet enquanto meio de projeção dos discursos anti-Islam e anti-refugiados, a argumentação se encerra ao concluir que a islamofobia se constitui numa mentalidade socialmente estimulada mais do que resultante exclusivamente de processos psicológicos individuais.

Wania Amélia Belchior Mesquita e Ana Carla de Oliveira Pinheiro, em “Ações sociais e mediações políticas na periferia: as dinâmicas religiosas da assembleia de Deus ‘ministério do novo’”, apresentam as abordagens exploratórias de uma pesquisa sobre religião e mediações políticas, desenvolvida em uma periferia de Campos dos Goytacazes, cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. De

natureza qualitativa, e a partir de uma perspectiva etnográfica, o estudo analisa a forma como uma igreja de periferia consegue se sustentar e manter o engajamento de seus membros em suas atividades e como se desenvolve a mediação de uma liderança da “Assembleia de Deus Ministério Nascer de Novo” no processo político eleitoral, no apoio a uma candidatura à vereança.

“Do império à república: a influência do ultramontanismo de Joseph Maistre no pensamento conservador católico brasileiro”, de Carlos Gileno, atenta à relevância do ultramontanismo no pensamento conservador católico brasileiro. A argumentação se calca na centralidade exercida pelo filósofo francês Joseph-Marie de Maistre (1753-1821), quem fundamentou as teses práticas e teóricas do ultramontanismo partidário da prevalência do poder espiritual sobre o temporal, expondo a ortodoxia católica para preservar a civilização ocidental do desenvolvimento do processo histórico que abrangia os movimentos revolucionários comunistas e liberais. Na sequência, o texto focaliza os desdobramentos do movimento ultramontano europeu, no Brasil, no século XIX, observando a atuação do bispo Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878) durante a Questão Religiosa (1872-1875). Ao acompanhar as ações e as condutas de alguns atores e autores políticos vinculados à ortodoxia católica, em especial a militância intelectual católica do paulistano Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995), conclui-se sobre a presença relevante da corrente ultramontana no país do século XX, sem perder de vista sua extensão no século atual.

Segundo um tratamento associando a pesquisa documental histórica com a análise socioantropológica, em “Crime contra a tranquilidade e a saúde pública na primeira república: o espiritismo em processos criminais”, Adriana Gomes se propõe discutir a atuação da Federação Espírita Brasileira através do seu periódico *Reformador*, diante de alguns processos criminais em que cidadãos espíritas se envolveram por adotarem práticas consideradas antissociais e anômicas. Observa-se como os cidadãos passaram a ser inseridos pelas autoridades políticas, policiais e médicas no que juridicamente ficou denominado de charlatanismo e curandeirismo. Ainda, observa-se que práticas espíritas foram criminalizadas tendo por respaldo os artigos 156, 157 e 158 do Código Penal de 1890. Em tal contexto, aos agentes sociais envolvidos nos processos criminais, sobretudo advogados e juizes, coube a tarefa de diferenciar conceitualmente, o que era religioso e o que era magia. Assim como o que era crença e o que era exploração, num emaranhado de práticas e representações subjetivas do que se compreendia como sendo Espiritismo.

A entrevista com o professor Renato Ortiz, no encerramento do dossiê, se faz oportuna em um momento em que a pluralidade deste mercado religioso brasileiro é desafiada por contínuos episódios de intolerância e mesmo de racismo religioso.